



DESTAQUES

Por Demetrius Oliveira e Ricardo Rinaldi

- **MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA FOI OUVIDO NA CCJC DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**
- **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA AUMENTA O PRAZO PARA RECADASTRAMENTO E INFORMA QUE ARMAS NÃO CADASTRADAS SERÃO CONFISCADAS**
- **TCU IRÁ REALIZAR AUDITORIA OPERACIONAL PARA AVERIGUAR OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DE ARMAS DE FOGO REALIZADOS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO**

CONGRESSO NACIONAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na terça-feira (28/03), o Ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, compareceu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. A ida do Ministro ocorreu em resposta ao convite realizado pelos parlamentares que integram a Comissão, e teve como intuito a prestação de esclarecimentos sobre o Decreto 11.366/2023, que suspendeu o registro de armas de fogo, a visita do Ministro ao Complexo da Maré no Rio de Janeiro e também sobre apurações no âmbito do Ministério acerca dos atos ocorridos na Esplanada dos Ministérios em 08/01/2023.

Na semana anterior, o Ministro já havia recebido alguns parlamentares da Bancada de Segurança Pública. Dentre as principais pretensões dos parlamentares, recebeu destaque o aumento de prazo para cadastramento de armas, que terminaria no dia 03/04/2023. Durante o encontro, o Ministro se comprometeu a entregar uma resposta sobre os pedidos até o dia 28. Conforme acordado, na terça-feira o Ministro informou que o prazo para cadastramento seria estendido até o dia 03/05/2023.

Durante a audiência pública na Câmara, os parlamentares ressaltaram a situação preocupante das empresas de armas e munições e solicitaram que houvesse autorização para os armamentos comprados até 31/12/2022 serem entregues, mas ainda não há pronunciamento oficial do Ministro a esse respeito. A expectativa é de que o tema seja tratado pelo Grupo de Trabalho sobre o comércio legal de armas, no âmbito do Ministério.

Ainda durante essa semana, cinco partidos de centro e de direita criaram um bloco que reúne 142 dos 513 Deputados da Câmara, numa manobra que desafia o poder de Arthur Lira (PP-AL) como presidente da Casa. Reuniram-se na formação do Bloco os partidos MDB, PSD, Podemos, PSC e Republicanos. A movimentação, que reúne o maior contingente de cadeiras, possibilitou ao Bloco brigar por cargos nas Comissões mistas e concederá maior poder ao bloco majoritário, na aprovação de proposições legislativas de interesse do governo no Plenário, como as Medidas Provisórias. Antevendo um cenário de prejuízo, caso se instale um ambiente de antagonismo, que se oponha ao presidente da Casa, Lira se antecipou e declarou apoio à formação do bloco.

SENADO FEDERAL

Na terça-feira (28/03), a Comissão de Segurança Pública (CSP) do Senado Federal aprovou requerimento apresentado pelo Senador Izalci Lucas (PSDB-BSB) e subscrito pelo Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES), para realização de audiência pública para tratar sobre o Decreto 11.366/2023 e sobre alternativas para viabilizar a manutenção das atividades econômicas e dos empregos gerados pela indústria de armas e munições do país. O requerimento foi uma sugestão da ABIAMB e contou com articulação junto ao presidente da Comissão, Senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

Durante a votação do requerimento, os parlamentares acordaram que seria de bom tom a realização de audiência pública conjunta com a CCJ, que já havia aprovado requerimento contendo o mesmo objeto. Em razão disso, haverá agendamento de data e escolha dos

participantes da audiência, o que deverá acontecer nos próximos 15 dias. A ABIAMB já entregou aos parlamentares autores do Requerimento de Audiência Pública as sugestões dos participantes.

MINISTÉRIOS E PLANALTO

MINISTÉRIOS

Na quarta-feira (29/03), o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) assinou o Pacto Nacional em Defesa da Democracia, durante o evento "Ministério Público, Estado e Sociedade em Defesa da Democracia", promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O pacto tem como objeto a conjugação de esforços, mediante atuação coordenada e integrada entre as instituições, para a realização, o compartilhamento e a sincronização de ações voltadas à defesa da democracia. Durante a cerimônia, o Ministro Flávio Dino deu declarações sobre os atos de depredação do dia 08/01. Mais tarde, a imprensa divulgou ter havido comunicação oficial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no dia 5/01/23, direcionada à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, sobre a infiltração de CAC 's nos movimentos antidemocráticos. As informações foram corroboradas por coronel da PMDF, em depoimento à CPI dos Atos Antidemocráticos, instalada na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

DESTAQUES

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO IRÁ FISCALIZAR O CONTROLE DE ARMAS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO ENTRE 2019 E 2022

(29/03) O Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu, à unanimidade, realizar a fiscalização e auditoria operacional do controle de armas e munições realizado pelo Exército brasileiro entre os anos de 2019 e 2022. A decisão foi proferida no âmbito do TC 030.712/2022-0, originado de solicitação do Congresso Nacional. Na ocasião, o Relator, Ministro Antonio Anastasia, votou pelo conhecimento da solicitação e decretou o caráter prioritário ao processo, para autorizar a autuação de processo de fiscalização do tipo “auditoria operacional”, integrada com aspecto de conformidade, a fim de fiscalizar o sistema de controle de armas e munições a cargo do Exército brasileiro, de autorizar diligência ao comando logístico do exército e sobrestar o processo até que sejam juntadas as informações necessárias ao integral atendimento da solicitação.

O pedido realizado pelo Congresso tem como objetivo a apreciação de tais informações pela Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e foi aprovado ainda em 2022. O requerimento foi assinado pelo Deputado Ivan Valente (PSOL-SP) e numerado como Req

135/2022. Na justificativa, o Deputado aponta a necessidade de maior controle da comercialização de armas e munições no país.